

ACTA Nº 3

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos vinte e nove dias do mês Setembro de dois mil e onze, na sede da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas vinte horas e quarenta minutos, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- *1º Ponto – Aprovação da Acta nº 2 da Sessão Ordinária de 22 de Abril de 2011* -----

----- *2º Ponto – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia* -----

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes todos os membros que compõem a Assembleia de Freguesia, à excepção de dois membros do Partido Socialista de nomes Mário André Balsa Gonçalves e Irene da Fonseca Crispim e ainda um membro do Partido Social Democrata António José Dias Canhoto, os quais não justificaram as referidas faltas. -----

- José António Dias Nogueira – Presidente -----
- Rita Isabel Duarte Cebolais – 1ª Secretária -----
- Cristina Maria Pinheiro de Matos – 2ª Secretária -----
- Ezequiel Soares Estrada -----
- Jorge Manuel Alves de Faria -----
- José Martinho Ramos da Silva -----
- Isabel Maria Fonseca Gonçalves Campaniço -----
- Manuel Nazaré Luís -----
- António Eduardo Almeida Gil Silva -----
- João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira -----

----- Tendo sido enviadas para esta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, convocatórias individuais aos membros que a compõem, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, com o anúncio do dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

----- Em representação do órgão executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, estiveram presentes: o Presidente Manuel Pereira Bilreiro, o Tesoureiro Carlos Alberto Machado e as vogais Felisbela de Jesus Costelas Rodrigues Rolhas e Maria José Margarido Vaqueiro Lemos. -----

----- O Presidente iniciou a sessão cumprimentando os presentes, passando em seguida de acordo com o Regimento à intervenção do público. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao munícipe presente o qual começou por se identificar: António Manuel de Jesus Carvalho, eleitor nº 11.583 da Freguesia Nossa Senhora de

Fátima, representante dos pais dos alunos da Escola E.B. 1 n.º 3 e população do Entroncamento, o qual tinha em seu poder um abaixo-assinado, contendo trinta e seis folhas assinadas respectivamente, contra a destruição do recreio da Escola E.B. 1 n.º 3, fazendo questão que o referido abaixo-assinado fosse aceite pela Mesa da Assembleia de Freguesia. Solicitou ainda que fosse reposto o parque infantil e retirada a vedação que, no estado actual colocava em sérios riscos a segurança das crianças. Em seguida manifestou o seu desagrado quanto à destruição do espaço envolvente da referida escola (recreio) solicitando o cancelamento da construção da rotunda prevista pela Câmara Municipal para o referido local. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia aceitou o documento entregue pelo munícipe disponibilizando o mesmo, para que fosse apreciado pelos membros das bancadas presentes. ----

----- Após a apreciação do referido documento, um membro da bancada do Partido Socialista na pessoa de Jorge Faria, deu a conhecer aos presentes ter já elaborado uma (Proposta minuta) para ser apreciada pela mesa e posteriormente se aceite, viesse a fazer parte como **Ponto Número Dois da Ordem de Trabalhos**. -----

----- Foi presente na mesa a referida Proposta recebida da bancada do Partido Socialista, a qual foi aceite pela mesa e se passou a transcrever: Proposta (*Ponto n.º 2 Ordem de Trabalhos*). -----

----- *Apreciado o documento apresentado pelo primeiro subscritor respeitante ao processo de obras em curso de que resultaria a diminuição do recreio da Escola Básica EB 1 n.º 3, a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, decidiu apoiar a pretensão constante da mesma e solicitar à Câmara Municipal do Entroncamento, a bem dos interesses dos munícipes e da nossa cidade, que as obras iniciadas sejam interrompidas e o projecto reavaliado. Assinada: Jorge Faria, Isabel Campaniço e Ezequiel Soares Estrada.* -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia usou da palavra emitindo o seu parecer, e, depois de ter apreciado o conteúdo da referida Proposta, reconheceu que o documento em causa podia fazer parte como ponto da ordem de trabalhos, comprometendo-se o próprio a fazer chegar o referido documento, junto da Câmara Municipal, entidade responsável pelo assunto em causa. --

----- Assim, **colocou de imediato à votação dos presentes, para que a Proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista (referente ao Abaixo-Assinado) viesse a fazer parte como Ponto Número Dois da Ordem de Trabalhos**. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou os membros das bancadas presentes, tendo **obtido a unanimidade dos mesmos**, passando o referido documento a fazer parte da **Ordem de Trabalhos como Ponto Número Dois**. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia passou de imediato ao período de **antes da ordem dia**, o qual tem um período de sessenta minutos, chamando a atenção dos membros das bancadas presentes, a fim de não abordarem assuntos relacionados com a **Ordem de Trabalhos**, dando em seguida a palavra a um dos membros do Partido Socialista Jorge Faria. -----

- Partido Socialista – Jorge Faria iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros das bancadas com assento na Assembleia de Freguesia, bem como o público presente,

referindo-se de imediato ao documento (abaixo assinado) entregue pelo munícipe presente, reportando-se ao Código de Procedimento Administrativo onde constava: ***“desde que haja a concordância de dois terços”***. Assim congratulou-se com a aceitação da referida Proposta, considerando que a mesma, fazendo parte da Ordem de Trabalhos, teria maior aceitação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra a Ezequiel Soares Estrada, membro da bancada do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista – Ezequiel Soares Estrada iniciou a sua intervenção dizendo estar munido de documentação sobre a alteração à circulação do trânsito na Rua 1º de Maio. Assim passou a citar: “ *Dada a recente alteração de trânsito verificada na Rua 1º de Maio da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, solicitava ao Senhor Presidente da referida Freguesia maioria PSD/CDU, qual o parecer do respectivo executivo, junto da Câmara Municipal perante este propósito. Com certeza devem ter sido consultados e tomaram posições relativamente a esta matéria*”. Em seu entender as alterações de trânsito na referida artéria e a tentativa de implementação de uma rotunda no cruzamento da Rua 1º de Maio e a Rua Professor José Francisco Corujo, advém um pouco de alguma frustração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual não se lembra do enunciado nas páginas centrais do luxuoso Boletim Municipal, a anunciar a implantação de uma rotunda oval no Largo denominado “Santo António”. Continuou a sua intervenção dizendo ter sido feito um estudo no referido local, bem como um ensaiado no espaço multiusos, o qual tinha custado muito dinheiro ao erário público, para finalmente concluírem não ser possível implantar no local uma rotunda, pois obrigaria o trânsito pesado com acesso ao espaço ferroviário a ser efectuado através da entrada do Bairro denominado “Bairro do Boneco”. Avançou a sua explanação enumerando aquando da sua permanência como vereador o Senhor Presidente da Câmara numa das reuniões tinha assumido o compromisso perante a apresentação de uma proposta para a continuidade da Rua Dr. Fanhais, com ligação à Rua 1º de Maio, com a expropriação da antiga padaria junto ao Largo 24 de Novembro o que até à data actual não se tinha concretizado. -----

----- Referindo-se à rotunda entre a Rua 1º de Maio e a Rua Professor José Francisco Corujo, em seu entender, parece-lhe andarem um pouco à procura e ou, lançar um problema, em virtude de não terem conseguido levar avante a atrás referida (*rotunda oval no “Largo do Santo António”*), ao tentarem desviar o trânsito do centro da cidade para desanuviar o mesmo, numa zona que não tem quaisquer problemas. Em seu entender parece-lhe haver alguma ansiedade por parte do Senhor Presidente Câmara, sugerindo que o Senhor Presidente admitisse o que tinha prometido no Boletim Municipal de Abril/Junho/2007, em que o mesmo tinha proposto a construção de uma rotunda no seguimento da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, ou seja a circular número três com ligação à chamada rotunda provisória na “*Ponte da Pedra*”, a qual se encontra como provisória

desde o ano de dois mil e cinco. Concluiu dizendo não concordar com a proposta da rotunda junto à Escola E.B. 1 nº 3. -----

----- Continuou no uso da palavra associando a proposta da rotunda junto à Escola E.B. 1 nº 3, com outra situação que irá passar a relatar, considerando o mesmo uma situação de “*interesses*”. Citou em seguida uma acta de loteamento do ano de mil novecentos e oitenta e sete, em que havia um plano de urbanização na Zona denominada “*Loteamento Saldanha*”, constando na mesma o seguinte: “*os requerentes cederão à Câmara Municipal sem quaisquer encargos uma área de terreno de vinte mil metros quadrados, contíguo ao “Lar Ferroviário” o qual se destinava a uma zona livre de recreio e parque (entre o Lar Ferroviário e o E.Leclerc). No que diz respeito a esta cedência deverão os requerentes autorizar o levantamento topográfico para a implantação de uma Escola integrada 1 2 3, com doze salas*”. Continuou a sua intervenção dizendo, se a referida Escola tivesse sido construída e não tivessem alienado o terreno em causa, não se estaria a passar pelo assunto relacionado com a rotunda junto a Escola E.B. 1 nº 3, pois a mesma já se encontraria desactivada. -----

----- Continuou no uso da palavra referindo-se aos interesses da Câmara Municipal e de terceiros a nível imobiliário. Em seguida referiu-se à alienação a qual consta na acta número dois de dois mil e nove de dezanove de Janeiro, aquando da sua estada como vereador: “*«Venda “alienação”, de 20.000 quadrados, há alguns anos, previstos e destinados à construção de um Equipamento Escolar, designado como, Escola Integrada 1; 2; 3.* -----

----- Conforme acta nº 20/2007 de 15 de Outubro: *é proposto pelo Presidente da Câmara Municipal, a venda em Hasta Pública, com o valor base de licitação para as parcelas A e B de 2.400.000,00 Euros”...»,* (achando o mesmo que a asfixia existente na Câmara Municipal era de tal ordem que tudo era possível, ficando completamente no esquecimento a necessidade da implantação da Escola acima referida e o interesse público). -----

----- Citou novamente o seguinte: “*... Após a aceitação e discussão desta proposta, o Presidente submeteu-a à votação, tendo obtido o seguinte resultado: 3 votos a favor; PSD; 3 votos contra; 2 PS e 1 BE*”. (Face ao empate, houve alguém que virou costas a toda esta situação e não esteve presente, o Presidente fez uso do voto de qualidade nos termos do nº 2 do artigo 89º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo que esta proposta, foi aprovada, por maioria?). --

----- Continuou a citar o seguinte: (com voto de qualidade no desempate? parece-me não haver lugar a maioria, senhor Presidente, porque o valor da alienação era superior, ao valor até 1.000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, pois estávamos perante uma situação de resultado de votação que conforme, refere a alínea g) do número 1 do artigo 64º alienar em hasta

pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo Assembleia Municipal, a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros (isso não aconteceu) em efectividade de funções. Dado que não lhe estava assegurada as condições de deliberação aprovada de dois terços dos membros, o senhor não se deveria permitir ao abuso de autoridade remetendo para a Assembleia Municipal, um documento, contendo uma situação irregular, para ser apreciada e votada por aquele órgão que devemos considerar e respeitar, criando-lhe possivelmente uma situação comprometedora. -----

----- Resposta do Senhor Presidente “O processo teve o seu seguimento ao abrigo da alínea i) do nº 2 do artigo 53.º da mesma Lei”. Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar bens imóveis de valor superior a 1.000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública. (referi). -----

----- Senhor Presidente, não será que o senhor, remeteu para a Assembleia Municipal uma situação com características irregulares, perante a Lei? -----

----- Senhor Presidente considerando que o que está em causa, fundamentalmente, é o facto de mais uma vez, se estar a adiar a criação de um Estabelecimento de Ensino na Zona Norte do Concelho, Freguesia de Nossa Senhora de Fátima que dê acesso a jovens em idade de frequentar o Segundo Ciclo alargado a Terceiro Ciclo considerando que dos 629 alunos que nesta data, frequentam a Escola Dr. Ruy D’Andrade no outro extremo do Concelho, Freguesia de São João Baptista, mais de 420 (ou seja mais de dois terços) residem e deslocam-se em dias de aulas da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima a partir das sete e meia da manhã, quer em transportes urbanos, dos pais, familiares e amigos, causando-lhes alguns transtornos e despesas. -----

----- Na defesa do interesse destes e outros jovens no futuro, dos pais e familiares, sugiro-lhe Senhor Presidente que reconsidere e, ao abrigo do nº 1 do artigo 95º da Lei 5-A/2002, do nº 1 do artigo 133º e 135º do CPA, considere o acto nulo recuperando o referido terreno e que se proponha a apresentar um projecto de Estabelecimento de Ensino a instalar naquele local e que integre o 2º Ciclo. -----

----- Senhor Presidente quero, aproveitar a ocasião para solicitar que dentro do prazo previsto pela Lei, (dez dias) me seja entregue, em formato físico, informação detalhada da situação dos 2.400.000,00 Euros, recebidos pela venda do terreno acima designado. (até esta data nada recebi). -----

----- Por último; estranhei o facto do Senhor não ter apresentado “pareceres jurídicos”, pouca relevância teriam em minha opinião, pareceres são opiniões técnicas no caso só poderiam ser facultativos, porque a Lei não prevê os obrigatórios e os vinculativos, os processos não se encontram nessa fase. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo ter recebido mais tarde uma informação meio decalcada referindo o facto da Assembleia se poder pronunciar sobre esta matéria, por

parte de um gabinete jurídico com o qual a Câmara Municipal tinha uma avença irregular, mais concretamente com a “PLMJ”, passando a citar o seguinte: *«na sequência da Inspeção Ordinária a este Município, determinada pela Ordem de Serviço do Sr. Inspector Geral da Administração Local nº 46/2009, de 21 de Julho, foi elaborado pela respectiva acção inspectiva, um Relatório Parcelar nº 2, relativo à contratação da Sociedade de Advogados A M Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados – Sociedade de Advogados adiante designada por PLMJ, cujo entendimento constante desse mesmo Relatório a folhas 17 e 18, que aqui se reproduz “No período do contraditório deverá a Câmara Municipal fazer prova, perante esta Inspeção-geral, que declarou a nulidade da contratação, atento o disposto nº 2 do artigo 94º, conjugado com o artigo 36º e alínea c) do nº 2 do artigo 35º, todos da LVCR (...)”, considerou ferida de nulidade a referida contratação.»*. Assim, em virtude da Câmara ser detentora de uma avença irregular, com a Sociedade de Advogados, a qual tinha dado o parecer sobre a matéria, não correspondendo minimamente aos interesses da população. No entanto era de salientar que a referida alienação se concretizou a uma Empresa constituída para o efeito por dois operadores locais que operam junto do respectivo terreno, tendo posteriormente a Câmara Municipal autorizado destacar cerca de 8.000 m2 para “Comércio e Serviços”, ou seja a implantação de um Estabelecimento Comercial. -----

----- Salientou ainda, que a Assembleia Municipal tudo isto aprovou para construção de habitação, com o voto favorável do actual Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, maioria PSD/CDU. -----

----- Deu continuidade à sua intervenção referindo-se em seguida à acta nº 15 de 18/08/2011 da Câmara Municipal, onde constava o assunto sobre a rotunda no cruzamento da Rua 1º de Maio, com a Rua Professor José Francisco Corujo onde constava o seguinte parecer técnico: *“Do chefe de Divisão de serviços Urbanos, Eng.º Civil Nuno Valente, foi presente a informação que a seguir se transcreve, a propor a execução de uma rotunda no cruzamento da Rua 1º de Maio com a Rua Professor José Francisco Corujo: «Para conhecimento e homologação da Ex.ª Câmara, junto se anexa proposta para a execução de uma rotunda no cruzamento da Rua 1º de Maio com a Rua Professor José Francisco Corujo. -----*

----- Pretende-se com a execução desta rotunda tornar seguro o cruzamento entre estas duas ruas, encaminhar o trânsito para o centro da cidade através da Rua Professor José Francisco Corujo, e reduzir a velocidade de quem atravessa a Rua 1º de Maio.» -----

----- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a execução da rotunda proposta. -----

----- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Após a transcrição acima descrita Ezequiel Soares Estrada depois de consultar a respectiva Lei, questionou se o Procedimento Administrativo teria sido devidamente ponderado, em virtude dos trabalhos previstos e expressos, se enquadravam na definição de obras de urbanização, conforme o referido na alínea h) do artº 2º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de Março. -----

----- *“Disse, que as obras de urbanização e remodelação de infraestruturas destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, rede de esgotos e, de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações, espaços verdes e outros espaços de urbanização colectiva. -----*

----- *O artigo 7º do mesmo Decreto Lei no nº 5 refere as operações de loteamento e as obras de urbanização, promovidas pelas Autarquias Locais Associações e pelo Estado, em área não abrangia por um Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, são submetidas a discussão pública nos termos estabelecidos no artº 77º do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro com as necessárias adaptações excepto no que se refere aos períodos de anúncio e duração da discussão pública que são respectivamente, de oito e de quinze dias. (o mesmo não viu nada sobre o exposto). -----*

----- O mesmo disse que em seu entender e pela data da acta, nada teria sido concretizado, existindo assim uma lacuna perante a Lei, em virtude da tomada de posição da Câmara Municipal, ao não ter efectuado qualquer inquérito à população levando por diante o Projecto da Rotunda. -----

----- Referiu-se em seguida à última Assembleia de Freguesia nomeadamente ao envio da documentação via Mail congratulando-se com o que tinha ficado acordado, no entanto, gostaria de ser informado se o executivo também recebia a referida documentação do mesmo modo. -----

----- Reportou-se ainda aos trajectos utilizados pelos transportes públicos municipais questionando novamente, o que tinha interrogado na última reunião, dizendo qual o motivo impeditivo que originava a não passagem dos mesmos pelo espaço comercial denominado “Lidl”, e até mesmo uma paragem obrigatória, fugindo assim aos interesses públicos, a exemplo de outros espaços análogos, interrogando de imediato o órgão executivo no sentido de ter tomado as devidas providências referentes ao assunto em causa. -----

----- Continuou a sua intervenção aludindo o assunto relacionado com a Colónia Balnear da Nazaré, assunto já apresentado por parte do Partido Socialista em outras reuniões e sobre o qual desconheciam o que tinha sido feito, para beneficiar as crianças de famílias carenciadas. Deu como exemplo o que era feito aquando da sua passagem pela Junta de Freguesia e que constava no Boletim Municipal (*apresentando aos presentes o referido Boletim Municipal*), e no qual constava uma foto elucidativa de dezanove crianças, tendo as mesmas usufruído de uma estadia na referida Colónia de Férias. Por fim disse ainda,

que durante quatro anos a Junta de Freguesia a que o mesmo presidiu, participou sempre com duas páginas informativas no Boletim Municipal, dando a saber quais as actividades da mesma. -----

----- O Presidente da Assembleia, após a intervenção atrás referida deu a palavra a outro membro da Bancada do Partido Socialista, Jorge Faria, o qual iniciou a sua intervenção manifestando agrado pelo seu colega de bancada ter concretizado a sua Licenciatura, apesar da sua idade, o qual tinha iniciado e concluído com sucesso a Licenciatura em Administração Pública, exortando os presentes a seguirem “as suas pisadas”, dando em seguida os parabéns ao mesmo. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento da bancada da CDU, na pessoa de Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luiz usou da palavra congratulando-se com a apresentação de alguns problemas anunciados e em seguida referiu-se a duas situações apresentadas pelo mesmo as quais tinham sido resolvidas, congratulando-se com a sua resolução. -----

----- O Presidente da Assembleia deu de imediato a palavra ao elemento do Bloco de Esquerda, José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho deu início à sua intervenção apresentando (*um mapa esquema*) o qual se relacionava com as passadeiras existentes entre a Rua Professor José Francisco Corujo e a vedação da Linha ferroviária o qual foi presente em todas as bancadas com assento na Assembleia, para conhecimento e apreciação. -----

----- José Martinho exemplificou o perigo que as mesmas incorriam, apelando em seguida para a possível intervenção e alteração respectivamente, a quem de direito, em virtude de ser uma situação de possível e rápida resolução. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra a um dos elementos do Partido Social Democrata, na pessoa de João Oliveira. -----

- Partido Social Democrata – João Oliveira usou da palavra para dizer que por parte da sua bancada nada tinham a acrescentar e apenas se iria pronunciar no terceiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia apelou mais uma vez aos presentes que não utilizassem a designação de “*maioria PSD/CDU*”, o próprio não aprovava o referido conceito, alertando que não existia na Assembleia uma Coligação PSD/CDU, sentindo-se o mesmo ofendido, pedindo desculpas ao membro da bancada da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luiz, em que “*ambos os membros*”, são livres de se manifestarem em liberdade e não por imposição. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia referiu-se em seguida ao assunto exposto e relacionado com a alienação de terrenos, dizendo ser um assunto a ser tratado na Assembleia Municipal e não na Assembleia de Freguesia. -----

----- Em seguida reportou-se à posição e responsabilidade exercida por parte dos membros do Partido Social Democrata, e à posição da mesa eram consentâneos, embora alguns dos membros pudessem fazer parte como independentes, afirmando nunca ter sido sua intenção sobrepor o Partido acima do pensamento de liberdade de expressão de cada membro da sua bancada. -----

----- Referiu-se em seguida à Proposta aceite por todos e sem qualquer contestação por parte de qualquer bancada, sobre o envio da documentação via Mail, a fim de minimizar os custos inerentes, a Convocatória essa sim, teria de ser sempre enviada por via CTT – (*registo e aviso de recepção*), ou Protocolo de acordo com a Lei e o Regimento. O próprio tinha assumido a responsabilidade em dar orientação às funcionárias para que procedesse em conformidade e que fosse utilizado o registo e respectivo recebimento no livro de Protocolo. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia reportou-se ao assunto relacionado com o trajeto efectuado pelos transportes públicos municipais, achando o próprio que assuntos desta natureza deviam de ser apresentados em Assembleia Municipal, não cabendo à Junta de Freguesia a sua resolução. -----

----- Referiu-se ao assunto apresentado por Ezequiel Soares Estrada e relacionado com o Boletim Municipal e sua publicitação, alegando que seria um assunto da Câmara Municipal não podendo o mesmo imiscuir-se no referido assunto. -----

----- Em seguida reportou-se ao assunto apresentado pelo membro da bancada do Bloco de Esquerda, confirmando o mesmo ser um assunto pertinente e com possível resolução, no entanto, mais uma vez era um assunto a ser resolvido por parte dos serviços da Câmara Municipal. -----

----- Por fim aproveitou também as palavras utilizadas pelo membro do Partido Socialista na pessoa do Dr. Jorge Faria, congratulando-se e felicitando Ezequiel Soares Estrada, reiterando não ser fácil. Assim, o próprio e os elementos da sua bancada desejavam-lhe o maior sucesso. --

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra a Ezequiel Soares Estrada o qual se dirigiu ao Presidente da Mesa, informando o mesmo, que se encontrava como Presidente da Assembleia e não como mentor do Presidente da Junta de Freguesia. Assim, todos os assuntos expostos e na sua generalidade, tinham sido dirigidos ao Presidente do órgão executivo e não ao Presidente da Assembleia de Freguesia, e ao referir-se à maioria PSD/CDU, reportou-se sempre ao órgão executivo. Lamentou o tema do Boletim Municipal, sobre o qual se orgulhava ao ter exibido trabalho de sua iniciativa no passado, lamentando a posição por parte do órgão executivo no presente, pois nada se constatava sobre a actividade da Junta de Freguesia no referido Boletim Municipal. -----

----- O Presidente da Assembleia passou em seguida ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

----- ***1º Ponto – Aprovação da Acta nº 2 da Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2011*** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra a um dos elementos da bancada do Partido Socialista, na pessoa de Isabel Campaniço. -----

- Partido Socialista – Isabel Campaniço iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, aproveitando a oportunidade para congratular Ezequiel Soares Estrada, pois a própria tinha sido testemunha do seu empenho árduo, endossando publicamente felicitações ao mesmo. -----

----- Continuou no uso da palavra referindo-se ao ponto que dizia respeito à intervenção da própria, citando a página número vinte e nove na primeira linha, considerando a mesma que tinha sido desvirtuado o que a mesma tinha explanado. Assim, disse a mesma que gostaria que constasse o seguinte: “*a segunda questão relacionava-se com a falta de civismo e respeito de alguns habitantes da nossa Freguesia, nomeadamente daqueles que levam os seus cães a defecar nos passeios e junto às habitações a este propósito, referiu já ter tido vontade de colocar frente à sua habitação uma placa informativa onde constasse: «por favor leve o seu cão a fazer os presentes à sua porta». Na continuidade do referido questionou o Presidente se poderia vir a ser penalizada pelo facto, ao que lhe foi respondido que não. Por último, solicitou a permissão do uso do computador portátil durante o período das Assembleia de Freguesia de forma a evitar gastos com a impressão dos documentos em discussão.*”. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um dos membros do Partido Social Democrata, na pessoa de António Gil. -----

- Partido Social Democrata – António Gil iniciou a sua intervenção dizendo não estar de acordo com o que constava na página número vinte e seis onde constava o seguinte: “*em seguida informou os presentes que o próprio já tinha alertado a REFER*”, esclareceu que não tinha alertado a REFER em relação às passagens de nível, o que o mesmo tinha dito era que estava mal e tinha sido falado “*entre colegas*”, pois o mesmo não tinha efectuado qualquer comunicação escrita. -----

----- O Presidente da Assembleia usou da palavra para informar o membro da bancada do Partido Social Democrata, António Gil, dizendo ter tido o cuidado de estar atento, não propriamente à redacção e aos erros ortográficos, pois não deturpavam a frase, mas sim à ideia que estava subjacente à frase. Assim, o que o senhor António Gil tinha dito estava registado em áudio e em documento, convidando o mesmo a votar a acta como entendesse. -----

----- Após a narração atrás descrita, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **Primeiro Ponto Aprovação da Acta nº 2 da Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2011** -----

----- Foi aprovada **por maioria** com **sete votos a favor** e **três abstenções**, sendo que **três votos a favor** do Partido Social Democrata, **um voto a favor** da Coligação Democrática Unitária, **dois votos a favor** do Partido Socialista, **um voto a favor** do Bloco de Esquerda e **três abstenção**, duas do Partido Social Democrata, nas pessoas de António Gil, João Ricardo (abstenção por motivo de ausência) e uma do Partido Socialista na pessoa de Jorge Faria, o qual tinha estado ausente na mesma. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** - *“Nos termos do nº 3 do Artº. 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade, aprovar, em minuta para efeitos imediatos, o referido*
Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passou de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

----- **2º Ponto – *Apreciação e discussão da Proposta apresentada pela Bancada do Partido Socialista relacionada com – (Abaixo-Assinado – Contra a destruição do recreio da Escola EB 1 nº 3 Apresentado por um município.)*** -----

----- O Presidente da Assembleia começou por ler o documento apresentado pelo município o qual se passou a transcrever: -----

----- *Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima do Concelho do Entroncamento.* -----

----- *Os pais do alunos da Escola do eb1 nº 3, e a população do Entroncamento, preocupados com o bem estar e segurança das nossas crianças, vem respeitosamente à presença de Vª. Ex.ª, solicitar o cancelamento da destruição do recreio da referida escola, bem como o cancelamento da construção da rotunda, obra que acreditamos não traga nenhum valor acrescentado aquele local.* -----

----- *Solicitamos igualmente que seja repostos o Parque Infantil e retirada a vedação, que, no estado actual coloca em sérios riscos a segurança das crianças.* -----

----- *Acreditamos que, com o cumprimento destas nossas solicitações poderemos manter a nossa Escola com o recreio que lhe é devido, para as crianças poderem brincar com alegria e em segurança.* -----

----- *Para o efeito, anexamos lista de assinaturas recolhidas.* -----

----- *Entroncamento, 29 de Setembro de 2011.* -----

----- Em seguida após a leitura do referido documento, deu de imediato a palavra a um dos membros da bancada do Partido Social Democrata na pessoa de João Oliveira. -----

- Partido Social Democrata – João Oliveira iniciou a sua intervenção considerando um erro o facto de quererem reduzir o espaço (recreio) da referida Escola reportando-se ao Presidente da Junta de Freguesia para que o mesmo, junto do Senhor Presidente da Câmara pudessem reconsiderar sobre o referido projecto, em virtude de não existir outro Estabelecimento de Ensino para substituir a Escola em causa. -----

----- Em seguida reforçou o seu descontentamento sobre o assunto em causa, referindo-se concretamente à não existência de uma Escola de substituição. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra ao elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho começou por dizer não dispor de dados técnicos e em seu entender achava que tinham começado *“a casa pelo telhado”*, pois inicialmente

deveria ter havido a preocupação de colocarem as crianças noutra espaço e posteriormente fariam então a rotunda. Se efectivamente a preocupação era retirar o trânsito da cidade, em sua opinião, com a implantação da rotunda o trânsito ficaria muito mais congestionado. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luiz iniciou a sua intervenção informando estar contra a implantação da rotunda, uma vez que não existe uma Escola como alternativa. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a um dos membros do Partido Socialista, Jorge Faria. -----

- Partido Socialista – Jorge Faria deu início à sua intervenção, congratulando-se pelo acto de cidadania que era a apresentação do (abaixo assinado) sobre um problema que dizia respeito a todos e até à forma serena como estava a ser discutida pelos presentes. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo-se à forma como se encontrava implantada a ordenação do trânsito na cidade, contudo acrescentou, que nada tinha a ver com Partidos Políticos, mas sim com a qualidade de vida e acessibilidade dentro da cidade. O próprio ao circular na cidade tinha bastantes dificuldades em se orientar, dando como exemplo, uma excursão que quisesse visitar o *“Museu Ferroviário o qual era ou deveria ser o ex-libris da nossa cidade”*, teriam imensas dificuldades na sua orientação e, para quem de boa vontade lhes quisesse dar indicações. No seu entender era um assunto específico, de um assunto tão vasto, o qual deveria ser repensado, achando incompreensível que o executivo Camarário não tenha outra sensibilidade sobre este assunto. Pelos factos atrás referidos e em virtude de ser tão específico, de um assunto tão vasto, o qual deveria ser repensado, propôs de imediato que fosse elaborada pela Assembleia, uma *“Recomendação”* com o teor da *“Proposta acima apresentada a qual dizia respeito ao Ponto da Ordem de Trabalhos em discussão”*. Acrescentou que todas as alterações que têm vindo a ser implantadas a nível de trânsito, só têm vindo a criar mais dificuldades, como por exemplo, ao tirarem o trânsito nos dois sentidos de uma rua tornando a circulação caótica. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra a outro elemento da bancada do Partido Socialista, na pessoa de Ezequiel Soares Estrada, o qual disse estar de acordo com o que todos os elementos tinham acabado de explanar, no entanto, em termos técnicos não se poderia pronunciar, embora posteriormente pudesse ser avaliada a situação, mas ter-se-ia de passar pela criação de um novo Centro Escolar. Concluiu dizendo que enquanto a referida Escola estivesse a leccionar não poderia concordar com a implantação de uma rotunda no referido local, para além do mais, existe também anexado à referida Escola a Universidade Sénior, onde decorrem actividades com a participação de 270 alunos. -----

----- Referiu ainda desconhecer se a referida obra tinha sido colocada a inquérito público de acordo com a Lei, pois as pessoas poderiam vir a insurgir-se sobre a referida pretensão caso não fosse colocada a inquérito público. -----

----- Deu de imediato a palavra a outro membro do Partido Socialista, Isabel Campaniço, a qual disse concordar plenamente com o que tinha sido dito pelos presentes, querendo ainda acrescentar que, ao ser verdade a retirada do parque infantil (recreio) às crianças da referida Escola, que usufruem do mesmo, seria uma medida que não tinha sido devidamente pensada. Concluiu que, com a retirada do mobiliário do parque infantil, privando as crianças do mesmo, mais agravado ao não ter sido construído um Centro Escolar, em seu entender “*tinham colocado a carroça à frente dos bois*”. Disse ainda que ao ser uma situação transitória, para quando estaria previsto a construção de um Centro Escolar. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a um dos membros do Partido Social Democrata, João Oliveira. -----

- Partido Social Democrata – João Oliveira disse por parte da sua bancada nada tinham a acrescentar. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro do Bloco de Esquerda, José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho disse nada ter a acrescentar. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luiz iniciou a sua intervenção dizendo que, ao não existir alternativa de um novo Estabelecimento de Ensino não concordava com a implementação da rotunda, embora considerasse que efectivamente a população deveria ser auscultada. -----

----- Após a apreciação e discussão do documento em causa pelos representantes das bancadas presentes, o Presidente da Assembleia passou a descrever uma resenha elaborada pelo próprio, com base no documento apresentado a qual seria enviada para a Câmara Municipal e se passou a transcrever: “*Relativamente à EBI nº 3 solicita-se o cancelamento da destruição do recreio da referida Escola bem como o cancelamento da construção da rotunda adjacente, solicita-se igualmente que seja reposto o parque infantil e retirada a vedação que, no actual estado coloca em sérios riscos a segurança das crianças*”. -----

----- Em virtude de existirem várias opiniões sobre a resenha apresentada e que se encontra atrás descrita, concluíram os presentes que iria ser colocada à votação a “**Proposta de Deliberação**”, apresentada pela bancada do Partido Socialista, a qual foi lida na íntegra pelo Presidente em tempo oportuno e acima descrita, tendo a mesma dado origem ao **Ponto Número Dois da Ordem de Trabalhos** e, foi de imediato colocada à votação. -----

----- Foi aprovada **por unanimidade** com **dez votos a favor**, sendo que **cinco votos a favor** do Partido Social Democrata, **um voto a favor** da Coligação Democrática Unitária, **três votos a favor** do Partido Socialista, e **um voto a favor** do Bloco de Esquerda. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA**: - “Nos termos do nº 3 do Artº. 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade, aprovar, em minuta para efeitos imediatos, o referido **Ponto da Ordem de Trabalhos**. -----

----- O Presidente da Assembleia usou novamente da palavra para informar os presentes que o próprio se encarregaria de endossar a mesma à Câmara Municipal. -----

----- Em seguida passou-se ao Ponto Número três da Ordem de Trabalhos. -----

----- **3º Ponto – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia** -----

----- O Presidente da Assembleia questionou a bancada do Partido Socialista, tendo Ezequiel Soares Estrada, usado da palavra para se pronunciar sobre o referido ponto. -----

- Partido Socialista – Ezequiel Soares Estrada, iniciou a sua intervenção referindo-se ao Ponto número sete “*aquisição de viatura*”, dizendo que ao terem adquirido a referida viatura, imaginava o próprio que a mesma se destina ao transporte das crianças de famílias carenciadas para poderem usufruir de umas férias merecidas, na Nazaré ou na Figueira da Foz. Finalmente constatou, que não se destinava ao referido fim, concluindo não ser a altura própria para a referida aquisição em virtude de constar no “*Documento Verde*”, lançado pelo Governo, algumas alterações geográficas que irão ditar o destino das Freguesias do Concelho. Adiantou que, finalmente a referida aquisição da viatura tinha simplesmente a ver com o transporte de mercadorias para a Habitação Social, a qual é pertença da Câmara e para as Escolas. -----

----- Deu continuidade à sua intervenção referindo-se ao Ponto número oito “*Coima*” achando em seu entender que algo de errado se passava ao estar inter-ligado o número de eleitores da Freguesia. Assim, em virtude de constar no referido ponto, o número de eleitores à data actual na Freguesia, “*absolutamente inoportuno*”, aproveitou para questionar o porquê de não lhe ter sido enviado um ofício a confirmar a sua pessoa como parte na Comissão Recenseadora. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a outro membro do Partido Socialista, na pessoa de Jorge Faria, o qual questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre a aquisição da viatura, se o seu processo já estaria concluído, ou se havia apenas um compromisso para a aquisição da mesma. Assim, não existindo compromisso, subscrevia o que o seu colega de bancada tinha acabado de explanar, citando ainda que no momento actual não seria oportuno efectuarem-se gastos, havendo mesmo que tomar atitudes preventivas. Continuou a sua intervenção referindo-se a dois aspectos sobre os quais queria chamar a atenção que tinham a ver com: primeiro a decisão da aquisição da viatura deveria passar pela apreciação e votação da Assembleia de Freguesia, pois relacionava-se com a aquisição de um bem

imobilizado; segundo aspecto, o mesmo tem conhecimento próprio de que existe uma proibição genérica sobre aquisição de viaturas para a Administração Pública, desconhecendo no entanto se a referida proibição se generalizava às Juntas de Freguesia. Para além dos dois aspectos acima referidos e que o mesmo entende como importantes, a questão substancial relacionava-se com a (*sugeri*) partilha da viatura existente na Junta de Freguesia de São João Baptista, ou efectuarem um pedido à Câmara Municipal de uma viatura. -----

----- Deu continuidade à sua intervenção reportando-se ao Ponto número Um “*Habitação Social*” apraz ao mesmo ver no referido Ponto, que são enviados mensalmente à Câmara Municipal os relatórios com os custos inerentes aos trabalhos realizados. No entanto, o mesmo lamentou que a Assembleia de Freguesia não tivesse conhecimento do assunto em causa, achando o mesmo ser este o grosso do Orçamento, retirando as despesas correntes. Em seguida referiu-se ao Ponto Seis “*Edifício Colónia Balnear da Nazaré – Propriedade da Assembleia Distrital*”, concluiu, que o descrito na informação do Presidente subentendia-se que após a conclusão das obras o mesmo ficaria disponível para a Junta de Freguesia poder usufruir do respectivo edifício. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária. -----

- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luiz usou da palavra referindo-se ao Ponto relacionado com a Habitação Social, afirmando ser justo que todos tivessem direito a uma habitação condigna, no entanto, ao usufruírem da mesma deviam manter a sua conservação. Em seu entender as intervenções na recuperação das habitações estavam a ser inferiores ao ritmo da sua degradação, afirmando que deveria existir um maior rigor na fiscalização da conservação das habitações, uma vez que se estava a utilizar dinheiros públicos. -----

----- Deu continuidade à sua intervenção referindo-se ao Ponto Sete, afirmando ser do seu conhecimento que o Presidente da Junta de Freguesia, utilizava o veículo do mesmo, em prol dos serviços da Habitação Social. Mas, em virtude de à presente data se desconhecer o desfecho relacionado com as duas Freguesias existentes, efectivamente deveria ter havido maior prudência na aquisição da referida viatura. Aproveitando as palavras do membro da bancada do Partido Socialista, Jorge Faria, o qual tinha sugerido que fosse solicitado à Câmara um veículo para os serviços na Habitação Social, o mesmo partilhava a sua opinião. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro do Bloco de Esquerda, na pessoa de José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho iniciou a sua intervenção concordando com o que havia sido explanado pelo ao elemento da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís, partilhando a mesma opinião quando à Habitação Social. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu em seguida a palavra a um dos membros do Partido Social Democrata, na pessoa de João Oliveira. -----

- Partido Social Democrata – João Oliveira principiou a sua intervenção referindo-se ao assunto relacionado com aquisição da viatura, pensando ter havido alguma precipitação, em virtude da conjuntura do nosso País. No entanto achava que o Presidente da Junta não deveria utilizar a sua própria viatura, ao serviço da Junta de Freguesia. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo-se ao Ponto Oito “*Coima*”, dizendo não entender o que se encontrava descrito na Informação do Senhor Presidente, pois em seu entender, ou “*se devia ou não se devia*”. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia após a intervenção de todos os membros com representatividade na Assembleia solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia que concluísse a reunião prestando os esclarecimentos que achasse por convenientes. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes referindo-se de imediato ao assunto aventado pelo membro do Bloco de Esquerda o qual se prendia com as passeadeiras da via pública, junto à EDP, o mesmo informou que o próprio se iria inteirar sobre o assunto em causa e posteriormente o apresentaria ao Órgão Competente, para se poder solucionar o mesmo. -----

----- Quanto aos transportes públicos Municipais “*TURE*”, e aos trajectos dos mesmos, iria solicitar à Câmara Municipal, qual a hipótese para que os mesmos sofressem alteração nas suas trajectórias. -----

----- Em seguida referiu-se à rotunda junto à Escola EB1 nº 3, dizendo não lhe competir a sua avaliação e implementação, remetendo a sua reapreciação para os serviços competentes, ou seja os Quadros Técnicos da Câmara Municipal. Informou ainda que relativamente à Escola Norte – Centro Escolar, já se encontrava adjudicada a sua obra, cujas obras iriam ter o seu início a qualquer momento. -----

----- Quanto ao assunto relacionado com a viatura, o executivo deliberou por unanimidade a sua aquisição, tendo adquirido uma Veículo de Marca “Peugeot – Partner”, devidamente equipada, cujo valor tinha sido o mais apelativo. Efectivamente era do seu conhecimento que uma das Juntas de Freguesia viria a ser extinta e assim, ficaria como património para a mesma.

----- Para terminar referiu-se à “*Coima*” e, após consulta e intervenção jurídica de uma Advogada da nossa cidade, a mesma informou-o ter estado com o Gestor da Insolvência que tinha aceite o pagamento de 50% da mesma. Tendo em conta que uma das Freguesias iria ser extinta foi com agrado que recebeu a referida informação, pois não era de sua vontade deixar este assunto pendente e sem qualquer contra partida, considerando desde o início do processo ter sido uma injustiça, ao ser imputada à Junta de Freguesia o pagamento na sua totalidade. ----

----- Como resposta a Ezequiel Soares Estrada, no que dizia respeito aos elementos da Comissão Recenseadora, nomeados pelos Partidos existentes, disse ser do seu conhecimento que a pessoa nomeada pelo Partido Socialista era o Senhor Mário Balsa. Assim, poderiam

consultar os documentos arquivados na Secretaria da Junta de Freguesia, caso persistisse alguma dúvida. -----

----- Referiu-se ao assunto da Habitação Social, concretamente aos relatórios que são enviados mensalmente para a Câmara Municipal, informou os presentes que se encontravam disponíveis para consulta nos serviços da Freguesia. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas, para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e por mim Maria Palmira Beato Cardoso Garcia Domingues, assistente técnica, que a lavrei. -----
